

DO MOMENTO DE REQUERER A ADJUDICAÇÃO **DOS BENS PENHORADOS NO PROCESSO DO** **TRABALHO**

Arnóbio Teixeira de Lima (*)

I - Introdução.

O nosso ensaio, não tem a pretensão de esgotar a matéria e objetiva exclusivamente, demonstrar nosso ponto de vista, acerca do momento em que o exeqüente e demais concorrentes na execução trabalhista, devem requerer a adjudicação dos bens penhorados. Por conta disso, não nos ateremos aos demais institutos e atos processuais envolvendo a adjudicação.

A adjudicação como se sabe, constitui ato de execução, expropriatório de bens do devedor executado, em favor do credor exeqüente, mediante requerimento deste e decisão judicial, proferida em processo de execução em curso.

Leciona Manoel Antônio Teixeira Filho, que em princípio, a legitimidade para requerer a adjudicação da coisa apreendida por ato judicial é do credor exeqüente, salientando, contudo, a legitimação dos credores concorrentes, inclusive o hipotecário, por disposição dos arts. 711 e 714, do Código de Processo Civil. (In Execução no Processo do Trabalho - Manoel Antônio Teixeira Filho - 5ª Edição - Editora LTR - São Paulo - 1995, pág. 503).

Resolvidas a priori as questões que entendemos necessárias e introdutórias do tema, passemos a análise propriamente dita, do momento próprio para a apresentação em Juízo, do pedido de adjudicação dos bens penhorados, pelo credor exeqüente.

II. Momento de manifestação do pedido de adjudicação

Neste passo, verificamos que a questão envolvendo o momento de manifestação do pedido de adjudicação no processo de execução trabalhista, não encontra entendimento pacífico na doutrina e jurisprudência corrente.

(*) - Arnóbio Teixeira de Lima é Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 13ª Região

Convém esclarecer, porque o oportuno, que no pertinente ao instituto da adjudicação, a CLT somente fez referência nos §§ 1º e 3º, do art. 888, in verbis:

§ 1º. A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exeqüente preferência para a adjudicação.

§ 3º. Não havendo licitante, e não requerendo o exeqüente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmo ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo juiz ou presidente.

Conforme se depreende dos dispositivos em destaque, a CLT é omissa no que se refere ao momento adequado para a apresentação em juízo do pedido de adjudicação.

Nada obstante este fato, assegura o art. 889 consolidado: “ Aos trâmites e incidentes do processo da execução, são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal ”.

A execução fazendária a que se refere o dispositivo em comento, rege-se pelas regras estabelecidas pela Lei Nº 6.830, de 22.09.80, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, cujo texto somente faz referência ao instituto da adjudicação, no seu art. 24, vazado nos seguintes termos:

Lei Nº 6.830/80, art. 24. “ A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

I - Antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II - findo o leilão:

a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;

*b) **havendo licitante**, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, **no prazo de 30 dias**.(grifamos)*

Parágrafo único. Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo juiz, se a diferença for depositada, pela exeqüente, à ordem do juiz, no prazo de 30(trinta) dias. ”

Conforme se constata do dispositivo em destaque, ainda que havendo licitante, a Fazenda Pública, nas execuções em que for autora, poderá adjudicar os bens penhorados, com melhor oferta, no prazo de 30 dias, de modo que, aplicando-se as regras da execução da Fazenda Pública, o exeqüente de crédito trabalhista, poderá adjudicar os bens postos à praça, mesmo ainda que licitados, oferecendo melhor oferta, no prazo de 30(trinta) dias.

Esta regras, no entanto, não pode ser aplicada às execuções dos créditos trabalhistas. Com efeito, não se pode confundir o interesse geral da Fazenda Pública, com o interesse individual do trabalhador.

Por outro lado, mesmo que a execução seja de autoria da Fazenda Pública, a regra disposta na lei, apresenta-se-nos incompatível com as regras gerais da igualdade das partes perante o processo e bem mais, com o dogma da celeridade que preside o processo do trabalho, isto sem se falar no fato de que, se concedido o prazo de 30 dias para o exeqüente trabalhista, obviamente, por isonomia, deverá ser concedido o mesmo prazo aos credores concorrentes legitimados à adjudicação.

Sobre o assunto, leciona Manoel Antônio Teixeira Filho:

“Embora a Lei 6.830/80 tenha preeminência em relação ao CPC, no que concerne à aplicação supletiva ao processo do trabalho, ninguém haverá, por certo, de sentir-se em boa sombra para julgar compatível com este processo o prazo de trinta dias, fixado pela norma legal regente da execução judicial da dívida ativa da Fazenda Pública. Isto significa que a sobredita preeminência teleológica da Lei n. 6.830/80 deixa de existir em decorrência do prazo excessivamente longo, que ele prevê, para dar lugar ao art. 715, § 1º, de melhor compatibilidade com o processo trabalhista, onde é de 24 horas o prazo para o credor exercer o seu direito de postular a adjudicação dos bens penhorados.” (Op. cit. Pág. 502/503).

Destarte, não há como compatibilizar as regras atinentes à execução fazendária, no pertinente ao prazo para se requerer a adjudicação no processo do trabalho, razão porque, em face da omissão da CLT e da incompatibilidade das regras emanadas da Lei 6.830/80, no tocante ao prazo para a apresentação em Juízo, de pedido de adjudicação dos bens penhorados no processo de execução trabalhista, aplicam-se as regras do art. 714, do Código de Processo Civil, na autorização contida no art. 769, consolidado.

Superada esta situação, vejamos as disposições do art. 714, do Código de Processo Civil:

“Finda a praça sem lançador, é lícito ao credor, oferecendo preço não inferior ao que consta do edital, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados.”

Analizados os termos depreendidos do dispositivo supra, o prazo para o credor exeqüente no processo do trabalho requerer a adjudicação, tem início logo ao término da praça e encerramento no mesmo dia, pois a expressão “finda a praça” no contexto como utilizado pelo legislador, significa: ao final da praça; acabar a praça ou terminada a praça.

Neste passo, não se pode perder de vista que o credor e devedor são obrigatoriamente notificados para a praça, sob pena de nulidade, de modo que, sabendo-se que a lei não contém palavras inúteis, obviamente, nos termos da legislação em voga,

credores e devedores são intimados para a praça, com vista à promoção da defesa de seus interesses, quer fiscalizando o ato processual, quer elevando o preço do bem oferecendo lance, ou mesmo requerendo a adjudicação dos bens, se do interesse do exequente.

Dos escólios de Humberto Theodoro Júnior, colhe-se o ensinamento seguinte:

*"O pedido de adjudicação, outrossim, não depende de maiores formalidades e deve apontar o preço pelo qual o credor aceita adjudicar os bens penhorados, que nunca será inferior ao da avaliação. **Tal pedido pode ser formulado oralmente ao encerrar a hasta pública**, caso em que, constará do auto negativo de praça; ou em petição dirigida ao juiz. O advogado do pretendente não necessita de poderes especiais para tanto, bastando os comuns da cláusula ad judicium.*

É lícito, por fim, o pedido de adjudicação tanto logo após a primeira licitação, como depois da segunda. Não há, pois, obrigatoriedade de aguardar-se as duas licitações, já que o credor terá de oferecer preço pelo menos igual ao valor da avaliação e já se comprovou, com a frustração da primeira hasta pública, que não há candidato à arrematação por semelhante preço." (grifos nossos) (In Curso de Direito Processual Civil, Vol. II - Processo de Execução e Processo Cautelar - 12ª Edição - Editora Forense - Rio de Janeiro - 1994, pág. 250/251).

Em posicionamento que se identifica com aquele esposado por Humberto Theodoro Júnior, Moacyr Amaral Santos, assinala:

*"O pretendente à adjudicação deverá manifestar expressamente essa sua vontade, por meio de requerimento, neste oferecendo o preço pelo bem ou bens a serem adjudicados, nunca inferior ao da avaliação. A lei é claríssima a respeito: “**Finda a praça sem lançador**, é lícito ao credor, oferecendo preço não inferior ao que consta do edital, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados ” (Cód. Proc. Civil , art. 714, caput). (grifos de agora)*

"Poderá o requerimento ser escrito ou oral, neste caso, cumprindo constar do auto negativo de praça. ” (In Primeiras Linhas de Direito Processual Civil - Moacyr Amaral Santos - 3º volume - Editora Saraiva - São Paulo 1995 - pág. 349).

Amador Paes de Almeida, assimila idêntico posicionamento acerca do tema abordado, quando leciona:

*“Assim, desinteressado do lance dado pelos licitantes, e pretendendo os bens para si, pode o credor requerer a adjudicação. Para que a adjudicação se dê pelo valor do maior lance, deve o exequente comparecer à praça ou ao leilão, **quando então requererá a adjudicação** ”. (grifamos) (In Curso Prático de Processo do Trabalho - Amador Paes de Almeida - Editora Saraiva - São Paulo - 5ª Edição - 1992, pág. 267).*

Situando-se em posição opositora aos entendimentos colacionados, o renomado Coqueijo Costa, após mencionar que o limite temporal da adjudicação vai até o momento da assinatura do auto de arrematação, citando Antônio Raphael Silva Salvador, salienta que: *"Finda a praça sem lançador, nos dois dias, ainda poderá o credor adjudicar o bem, mas por preço não inferior à avaliação"* In Direito Processual do Trabalho - Carlos Coqueijo Costa - Ed. Forense - 4ª Edição - Rio de Janeiro(RJ) - 1996 - pág. 637).

Neste ponto, pedimos vênia ao ilustre processualista, pois com ele não podemos concordar, visto que, desconhecemos o dispositivo legal de onde se origina os prazos de 24 ou 48 horas, para a apresentação do pedido de adjudicação.

Em idêntica posição, em face do prazo de 24 horas previsto no art. 715, § 1º, do CPC, Manoel Antônio Teixeira Filho, sustenta ser de 24 horas, o prazo para o credor exercer o direito de postular a adjudicação.

Respeitamos, mas também não vislumbramos sustentada juridicamente a posição do renomado jus laboralista, pois, o prazo estipulado no § 1º, do art. 715, do CPC, salvo entendimentos de maior monta, não se destina ao exercício do direito de adjudicar, mas, de remir, nos moldes do art. 787 e seguintes do mesmo diploma legal, especificamente no art. 788, onde é assegurado o direito de remir no prazo de 24 horas, que mediar a arrematação e a assinatura do auto; o pedido de adjudicação e a assinatura do auto e; o pedido de adjudicação e a publicação da sentença, de maneira que, não vemos como agasalhar a posição adotada pelo ilustre professor.

Aliás, não será demais enumerar o posicionamento de Valentim Carrion a respeito, segundo o qual, *"O certo é que, comunicando-lhes o dia da praça e suas conseqüências, o momento para requerer a adjudicação é o da praça, antes que ela se finde e não depois"*.

E arremata logo em seguida:

" Tal entendimento se deduz da letra dos § 1º e 3º do art. 888, que não apontam outro prazo para pedido de adjudicação. Nem se pense que esse prazo seria o de 24 horas para a assinatura do auto; esse prazo é para o arrematante depositar o restante do preço e o executado remir a execução; é o mesmo que ocorre no art. 788 do CPC." (Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho - Valentin Carrion - Editora Saraiva - 21ª Edição - São Paulo - 1996, pág. 713).

A propósito, o § 1º, do art. 888 da CLT, quando refere-se à preferência do exequente, nos dá a idéia de que o mesmo deverá comparecer ao ato de praça. No mesmo sentido, o § 3º do mesmo normativo, quando enumera a hipótese de não haver licitante e não requerer o exequente a adjudicação, deixa entrever, que o credor e o exequente devem comparecer ao ato de praça, até porque, somente com o comparecimento é que o exequente poderá exercer seu direito de preferência, tomar

ciência da inocorrência de licitação e, conseqüentemente, requerer a adjudicação ao final da praça sem lançador.

Assim sendo, discordamos do entendimento do mestre Valentin Carrion, somente quanto ao argumento de que, mesmo durante a praça o pedido de adjudicação pode ser formulado, salientando que, por se tratar de institutos distintos, o pedido de adjudicação durante a praça guarda natureza de lanço(Moacyr Amaral), daí a razão de que o pedido de adjudicação deve ser formulado logo após ao praça, quando restar comprovada a inexistência de licitantes.

Doutra parte, não é diferente do nosso, o entendimento jurisprudencial a respeito do tema abordado. Senão vejamos:

"ADJUDICAÇÃO - Pedido feito por credor em processo executivo - Extimporaneidade - Indeferimento - Agravo improvido.

A oportunidade para o credor requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados na execução é quando finda a praça sem lançador.

Agravo de Instrumento n. 135/74 - Rolândia - Agravante: Banco Itaú América S/A - Agravados: Alberto Faustino Pereira e outros.

(Tribunal de Justiça do Paraná - Curitiba(PR), 13 de novembro de 1974 - in RT- 473/181).

ALIENAÇÃO JUDICIAL - Hasta Pública - Pedido de adjudicação indeferido por não ter sido formulado logo depois da praça - Recurso não conhecido - Interpretação do art. 714 do Código de Processo Civil.

Não nega vigência ao art. 714 do Código de Processo Civil a decisão que indefere pedido de adjudicação por não ter sido formulado logo depois da praça, mas no dia seguinte.

Recurso extraordinário n. 88.004 - PE - STF - 1ª Turma - Recorrente: Aplitec Nacional - Cia. Distribuidora de Valores Mobiliários - Recorrido: Jorge Lemos Antunes.

(Supremo Tribunal Federal - 1ª Turma - Brasília(DF), 22 de novembro de 1977 - in RT-520/299).

Posta a questão nestes termos, ponderamos que nos moldes da legislação em vigor, executado e exequente deverão comparecer à praça e se ao término desta, ficar constatada a inexistência de licitantes, poderá, caso queira, o credor exequente manifestar pedido de adjudicação que, dada a informalidade do processo do trabalho, será feito oralmente, o que deverá ser certificado pelo leiloeiro ou por petição protocolada na junta, observando-se o tempo dos atos processuais(art.770,CLT) e os horários da sede do Juízo competente para conhecer do pedido. Caso à hasta pública não compareça licitante, o que redundará obrigatoriamente na elaboração do termo negativo

de praça, e o credor exequente não manifeste a pretensão de adjudicar na oportunidade, seu direito restará precluso.

III - Conclusão.

1 - Em razão da omissão da CLT, quanto ao disciplinamento do momento em que o exequente no processo do trabalho deve exercer o direito de adjudicar e, dada a inaplicação das regras instituídas pela Lei n. 6.830/80, na forma sobredita, para o caso em testilha, aplicam-se as regras dispostas no art. 714, do Código de Processo Civil;

2 - Nos termos da legislação em vigor, uma vez notificados ou se por outros meios tomarem conhecimento da praça, ao ato devem comparecer exequente e executado, inclusive credores concorrentes, para promover a defesa de seus interesses, ocasião em que, ao final da praça sem licitante, e somente nesta oportunidade, poderá o exequente credor ou outro credor concorrente legitimado para a adjudicação, requerer oral ou por petição, lhe sejam adjudicados os bens penhorados;

3 - No Processo do Trabalho, verificado o ato de praça sem licitante, o pedido de adjudicação por pessoa legitimada, deve ser formulado na mesma data e tão logo ocorra o término da hasta pública, sob pena de ser alcançado pelos efeitos da preclusão temporal.